

Semeando consenso com agulha e adubo: dominação e luta de classes na extensão rural no Brasil (1974-1990)

Pedro Cassiano Farias de Oliveira

Resumo: O trabalho é o resultado de uma pesquisa sobre a extensão rural no Brasil nos anos de 1974 a 1990, período em esta política esteve sobre a coordenação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Baseado no pensamento de Antonio Gramsci sobre Estado ampliado como ferramenta teórica e metodológica traçamos nosso principal objetivo: analisar a relação entre Estado restrito e sociedade civil na trajetória do extensionismo, tomado aqui como uma expressão de propostas hegemônicas intraclasse do patronato rural no Brasil nesse período, que transbordavam para iniciativas de convencimento e dominação de setores subalternos, ao lado de intensa violência direta e simbólica. Essa relação trouxe conflitos internos e externos que desembocaram, na década de 1980, para um conflito interno entre setores do patronato rural e organizações de luta pela reforma agrária e movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para isso, contamos com a análise dos aparelhos privados de hegemonia das frações da classe dominante agrária que estiveram envolvidos na política extensionista e ainda de outras instâncias da sociedade.

Palavras-chave: Extensão Rural – Hegemonia – Luta de classes – MST – EMBRATER

Sowing consensus with needle and fertilizer: domination and fighting classes in rural extension in Brazil (1974-1990)

Abstract: This work is the result of the research on rural extension in Brazil from 1974 to 1990, a period in which this policy was under the Brazilian Company for Technical Assistance and Rural Extension (EMBRATER) coordination. Based on Antonio Gramsci's theory about the expanded State as a theoretical and methodological tool, we outlined our main objective: to analyze the relationship between the political society and civil society in the trajectory of extensionism, taken here as an expression of rural hegemonic patronage in Brazil in this period, which overflowed to initiatives of persuasion and domination of subaltern sectors, along with intense direct and symbolic violence. This relationship led to internal and external conflicts that led to an internal conflict between agrarian ruling class and agrarian movements, like the Landless Movements (MST), in the 1980s. For this purpose, we rely on the analysis of the private hegemonic apparatuses of the fractions of the agrarian ruling class who were involved in the extensionist policy and also of other instances of society.

Keywords: Rural Extension – Hegemony – Class struggle – MST – EMBRATER

Introdução: panorama teórico e origens do extensionismo rural no Brasil

Nos últimos anos assistimos uma onda conservadora que nos lança em tempos sombrios (Demier e Hoeveler, 2016). A dominação burguesa no Brasil, estreitamente associada ao agronegócio, se aprofunda. Analisar as formas dessa dominação é crucial para resistir e superar seus limites.

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar, de forma sucinta, a relação da dominação e da luta de classes, tratada aqui pelo ângulo da *hegemonia*, das frações da classe dominante do Brasil constituídas pelo patronato rural, através da análise da trajetória da política de extensão rural no Brasil no período coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), praticada pelo Estado restrito brasileiro no período de 1974 a 1990¹. Entendemos que ao mesmo tempo em que nos debruçamos sobre a trajetória de uma política agrícola, estamos também vislumbrando a trajetória de tensas iniciativas de construção de uma certa forma de hegemonia no Brasil.

Para iniciarmos o debate da temática apresentada devemos, em primeiro lugar, entender o que é extensão rural. Assistência técnica e extensão rural² é um termo comprido para falar de uma mesma coisa. Portanto, seguiremos somente usando a segunda expressão. Em poucas palavras, extensão rural pode ser definida como uma política de difusão de técnicas e tecnologias junto à produtores rurais, por diversos meios de comunicação. Ela é caracterizada por ser uma forma de “educação complementar”, por conter um viés pedagógico em suas estratégias de comunicação e pelo seu distanciamento do ensino regular oferecido nas escolas rurais.

Em segundo lugar devemos deixar claro que a opção teórica defendida não possui uma concepção do Estado como *sujeito* da ação política, tampouco como *objeto* de um determinado grupo. Entendemos que a noção de Estado deve ser compreendida no seu sentido Estado ampliado, ou integral. Essa definição foi fundada pelo marxista italiano Antonio Gramsci, contido de maneira dispersa, mas sólida, nos *Cadernos do Cárcere* (Gramsci, 2011a.,2011b, 2011c,2011d.,2011e.,2001). Em linhas gerais, o Estado é entendido como uma relação *orgânica* entre dois âmbitos da sociedade: a civil e a política. No plano da sociedade civil encontramos agências organizadas através de

¹ O trabalho é parte do capítulo IV da minha tese (OLIVEIRA, 2017).

²Tal recorte cronológico foi definido a partir dos anos de criação e de extinção da empresa.

adesões voluntárias, de acordo com a posição de classe no processo produtivo, conhecidas como aparelhos privados de hegemonia, ou partidos (no sentido amplo do termo). No domínio da sociedade política encontram-se as instituições propriamente estatais, ou “públicas”, também designada como Estado restrito. A escolha da noção de Estado ampliado como alicerce teórico impôs ao pesquisador uma escolha de ordem *metodológica* singular. Diante disso, vamos ao objeto.

A origem do extensionismo rural no Brasil é fruto da importação do modelo de difusão tecnológica estadunidense iniciado em 1948 pela iniciativa privada do norte-americano Nelson Rockefeller, filho do magnata do petróleo John David Rockefeller. A presença norte-americana será intensa durante a década de 1950 para consolidar o projeto extensionista que incluía o intercâmbio e visitas regulares de professores norte-americano nas agências de extensão rural criadas e também o financiamento dos programas de crédito rural necessários para a implantação das tecnologias proposta pelos extensionistas. Nesse sentido, vemos que uma característica marcante do extensionista é ser ao mesmo tempo difusor e agente de crédito para os produtores rurais. A origem dos recursos foi, primeiramente, através de empréstimos concedidos pela entidade vulgo “filantrópica” de Rockefeller, a *American International Association* (AIA). Logo em seguida, a manutenção dos recursos estadunidenses passou a ser realizada através do governo norte-americano, cujo principal foi o programa *Ponto IV* do presidente Truman (1945-1953), com o auxílio técnico do Escritório Técnico de Agricultura Brasil Estados Unidos (ETA), criado em 1953. Nesse período ocorreu a nacionalização do extensionismo através da formação da agência estatal que coordenaria os escritórios estaduais que foram implantados, assim nasceu a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) em 1956³. Na década de 60 foi dado continuidade dos recursos do Tio Sam pelo programa *Aliança para o Progresso*, mas a maior parte do financiamento já era feito pelo Estado restrito brasileiro.

A condução da política extensionista no âmbito nacional era de responsabilidade dos intelectuais orgânicos das frações da classe dominante agrária nacional. Estes intelectuais ocuparam a direção da ABCAR durante toda a sua existência. A análise da trajetória de vida do quadro dirigente da associação revela porta-vozes dos aparelhos privados de hegemonia da classe patronal, em especial ligados à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). João Napoleão

³ Uma análise mais detalhada desse processo se encontra em Oliveira 2013.

de Andrade foi o presidente da ABCAR no período de 1956 a 1973. Andrade era mineiro, vinha de uma família tradicional de Minas Gerais que exportava cristal de rocha para os Estados Unidos durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ele passou boa parte de sua vida em território norte-americano, tendo excelentes relações tanto na esfera privada, quanto na esfera pública (Ribeiro, 2000, p. 101). Amigo íntimo de Juscelino Kubistchek, Andrade se reunia periodicamente com ele. Foi num desses encontros que João Napoleão de Andrade apresentou Rockefeller ao presidente Kubitschek (Colby&Dennett, 1998, p. 290). Ao mesmo tempo em que exercia o cargo de presidente da ABCAR, foi diretor técnico da CNA no ano de 1963 (Ramos, 2011, p. 249), evidenciando que grupos de interesse patronais se encontravam representados no âmbito da ABCAR. Nota-se a relação imbricada entre os projetos de extensão rural e os da classe dominante agrária, sobretudo das frações representadas pela CNA e SNA.

Durante a década de 1960, a política de extensão rural consolidou-se como uma importante *política alternativa* frente aos projetos de reforma agrária, mais especificamente no período da presidência de João Goulart (1961-64), pois trazia a questão do desenvolvimento rural pela via do produtivismo sem alterar a estrutura fundiária – temor constante de todas as frações da classe dominante rural. Para realizar sua faceta modernizante, sem entrar em resistência direta com as populações rurais, o extensionismo tinha um “espírito assistencialista” nessa primeira fase. Além do crédito rural e difusão tecnológica havia uma valorização do ensino de técnicas sanitárias, ambientais, de economia doméstica, embelezamento do lar, além de uma série de projetos voltados para os jovens rurais (Oliveira, 2017). O assistencialismo da política de extensão rural pode ser considerado como uma estratégia de *formação de consenso no campo* – mesmo que de amplitude mais diminuta que as formas de coerção que sempre marcaram as relação entre os setores subalternos e o patronato rural brasileiro desde os tempos do coronelismo (Leal, 2012).

A existência de lutas de classe no campo sempre ocorreu de forma truculenta por parte dos latifundiários/proprietários de terras. Dessa forma, os conflitos e a coerção latentes nesse período contrasta com a proposta de consenso da extensão rural no Brasil. Essa perspectiva é importante para não cairmos na crítica de estabelecermos uma harmoniosa trajetória da extensão rural no Brasil sem, pelo menos, indicarmos que esse processo não foi harmônico, mas permeado de conflitos.

Sabemos que as primeiras organizações de trabalhadores rurais surgiram como associações da sociedade civil sendo reconhecidas devido a “brechas” existentes no Código do Consumidor (MORAIS, 2006, p. 34). As inúmeras associações surgiram aglutinando, sobretudo, posseiros e arrendatários de terra – categorias que tinham como melhor organizar-se do que os assalariados rurais. Essa é a origem das Ligas Camponesas que formaram a principal mobilização social no campo dos setores subalternos:

O que marcou a ação das Ligas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários (MEDEIROS, 1989, p. 48).

A questão da reforma agrária surgiu como um tema principal da agenda política do país sendo alvo de intensos debates no início da década de 60. Um expressivo acontecimento que marcou esse período foi a realização, em 1961, do *I Congresso Unitário de Camponeses do Brasil*, na cidade de Belo Horizonte. Participaram do congresso membros da Igreja Católica, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), das Ligas Camponesas e demais organizações sociais formadas no campo. O congresso é um marco importante na organização e resistência dos produtores rurais e trabalhadores subalternos num período de intensos conflitos (Pegoraro, 2008, p. 19). Em resposta as organização dos movimentos sociais no campo, as frações da classe dominante rural uniram-se para defender a “propriedade da terra” em detrimento a qualquer mudança, mesmo que de cunho meramente reformista, ocasionando intensos debates tanto no âmbito da sociedade civil – publicação de matérias em jornais e revista das entidades patronais como Confederação Rural Brasileira (CRB) (futuramente denominada de CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) – quanto no âmbito da sociedade política – debates parlamentares e instituições de reforma e desenvolvimento agrário. Como afirma a historiadora Sonia Regina de Mendonça sobre esse período:

A situação não seria diversa na conjuntura inaugurada pelo golpe de 1964, ainda que ambas as associações, ao defenderem sua(s) proposta(s) de reforma agrária, guardassem pontos de acordo muito mais evidentes do que os de desacordo, sobretudo levantando-se em conta a intransigente defesa, por parte de ambas as entidades [SNA e SRB], do “sagrado direito à propriedade” (MENDONÇA, 2010a, p. 33)

Isso reforça a discussão sobre o forte caráter político da reforma agrária que encobria a verdadeira discussão: aquela sobre a *questão agrária* no Brasil.

Ora, a questão central que nenhum dos lados [defensores e críticos da reforma agrária] em debate esclarece suficientemente é que, para focalizá-la adequadamente, é necessário ver a “reforma agrária” – em sua acepção distributiva de terras – como fruto de uma decisão política do Estado para tentar solucionar algo bem mais amplo, a “questão agrária” – que obstaculiza o desenvolvimento da democracia, ainda que não dificulte, ao contrário, o desenvolvimento do capitalismo. (Idem, p. 77)

O cerceamento do acesso à terra pelos trabalhadores rurais era uma espécie de “doutrina” da classe dominante agroindustrial que tinha na defesa do “sagrado princípio” da propriedade privada seu ponto mais comum e unificador da consciência de classe.

Nesse sentido, é latente a relação entre o extensionismo rural promovido pela ABCAR os projetos da classe dominante rural uma vez que esta política voltava-se para segmentos da população rural mais marginalizados, apresentando-se como uma “alternativa”, ou melhor, um “instrumento” para promover o desenvolvimento produtivo sem alteração da estrutura fundiária historicamente baseada no latifúndio. Algumas vezes, na documentação oficial produzida pela associação há o reconhecendo das micropropriedades que inviabilizavam projetos mais intensivos, ou restringiam o tipo de produto plantado pelo produtor. Mesmo assim, não havia nenhum tipo de projeto, ou ação dos extensionista que incluísse a distribuição de terras, tampouco sua aquisição através das modalidades de crédito rural. Tudo era exclusivamente destinado à aquisição de insumos e maquinaria como principal fator de aumento da produtividade. O discurso veiculado pela extensão rural e seus agentes, portanto, estimulava o desenvolvimento capitalista no campo via aumento de tecnologia para maximizar a produtividade rural.

Ditadura empresarial-rural-militar

O golpe empresarial-militar de 1964 teve apoio unânime das frações da classe dominante rural e enterraria por quase três décadas o próprio debate sobre reforma agrária na política. O governo ditatorial instaurado após o golpe combateu violentamente as organizações dos movimentos sociais no campo. Tudo isso foi consolidado graças a promulgação do Estatuto da Terra poucos meses após o golpe, em novembro de 1964.

A criação da EMBRATER, em 1974, intensificou o caráter produtivo face ao assistencialismo. Além disso, para dar conta das metas do II PND houve a ampliação do público-alvo da extensão rural. Assim, não somente o pequeno produtor rural e sua

comunidade receberiam a assistência da EMBRATER, mas os grandes e médios proprietários também, pois estes apresentariam resultados mais rápidos e eficazes do que o tradicional público alvo da extensão da década anterior.

Nota-se que durante o início da década de 70 a extensão rural divergia do projeto original do extensionismo, vinculando-se ao novo contexto histórico do campo brasileiro inaugurado no período consagrado pela historiografia especializada sob o termo de “modernização conservadora da agricultura” (Silva, 1981).

Tanto na cidade quanto no campo haviam resistências e lutas contra as formas opressoras de dominação que exploravam de maneira aguda os trabalhadores que foram as principais vítimas da ditadura. O arrocho salarial que levava a reais perdas salariais dos trabalhadores e a intensa exploração do trabalho tornaram o cenário político e social brasileiro insustentável. As greves dos metalúrgicos no complexo industrial do ABC paulista, a campanha da “diretas já”, e as ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) configuraram nos mais importantes episódios da *agudização* das tensões da luta de classes no Brasil. Assim, as décadas de 1970 e 80 assistiram a reorganização dos trabalhadores rurais e urbanos, “[...] *que afrontavam em sua multiplicidade a seletividade repressiva dominante. As lutas populares foram intensas, complexificando efetivamente os processos de direção e de construção de hegemonia.*” (Fontes, 2010, p. 227).

Abertura política e a construção do I Plano Nacional de Reforma Agrária

A formação do primeiro governo civil em 1985⁴ era esperado como o retorno da democracia e o fim da ditadura militar. A bibliografia especializada (Fernandes 1989; Saes, 2001; Santos, 1994; Codato 2005; Fontes, op. cit.) afirma que esta questão deve ser vista com cautela para não incorrerem no anacronismo de reproduzir o discurso do período. Em 1985 Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral, portanto, de forma indireta, encerrando o longo período de presidentes militares, mas não pondo fim ao período ditatorial. A chegada de Neves à presidência foi vista como uma forma de estabelecer uma grande “conciliação nacional” entre todos os setores da sociedade, incluindo os trabalhadores, militares, burguesia e etc. Este pacto foi costurado ainda no

⁴ A literatura sobre o fim do regime militar é extensa e igualmente heterogênea. Alguns consideram que o regime militar somente foi extinto com a constituinte de 1988, pois o presidente civil Tancredo Neves foi eleito pelo colégio eleitoral e, portanto, de maneira indireta. Além disso, com sua morte repentina antes mesmo de assumir o cargo o vice-presidente da chapa, José Sarney, tomou posse. Este foi presidente da ARENA – partido de apoio à ditadura e, portanto, foi considerado por muitos uma continuidade da política ditatorial somente com outra face. (Mattos, 2008).

governo Geisel e, portanto, não pode ser considerado como o retorno à democracia nem mesmo nos moldes liberais, mas sim a continuidade da ditadura militar inaugurada em 1964 com um presidente civil. Tiago Monteiro, afirma, por exemplo, que na composição ministerial montada por Tancredo Neves, havia seis ministros militares, sobretudo de origem da corrente militar predominante, a dos “Esguianos”⁵ (Monteiro, 2012, p. 27) representando vinte e um por cento do ministério de Neves (Idem, p. 31).

Por alguma peripécia do destino, Tancredo Neves não chegou a assumir a presidência vindo a falecer antes de sua posse. Seu vice-presidente, José Sarney – político tradicional do partido da ditadura militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – assumiu a faixa presidencial e manteve de início todo o gabinete proposto por Neves. Por um lado, a estrutura ministerial montada por Tancredo Neves favoreceu o trânsito da dominação de classes, tentando contemplar algumas demandas do movimentos populares para acalmar as tensões sociais que se alastravam, mas por outro, a permanência de ministros militares garantia a manutenção da política da Doutrina de Segurança Nacional, que tranquilizava a classe dominante brasileira e garantia continuidade à dominação burguesa no Brasil.

O fato é que o novo governo com um presidente civil à frente depois de quase duas décadas de generais presidentes e a instabilidade social, política e econômica, gerava expectativas de mudanças reais⁶. Contudo, ao longo do ano, estas expectativas foram minguando, evidenciando que o retorno de um civil à presidência não encerrou a ditadura militar e a dominação das classes dominantes em geral e do patronato rural, em particular (Fernandes, 1986).

Diante deste quadro, o governo Sarney tentou dar alguma resposta aos movimentos sociais no campo. Frente à questão agrária – uma das mais polêmicas do período, sobretudo com as ocupações realizadas pelo MST que eram uma ação política nova até então –, Sarney criou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário⁷ (MIRAD) ao qual o INCRA tornou-se subordinado, saindo da esfera do Ministério da

⁵Monteiro identifica como corrente esguiana aqueles militares que se formaram na Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949 nos moldes do Colégio Nacional de Guerra dos Estados Unidos (National War College). Entre os esguianos de maior envergadura é o primeiro general presidente, Castelo Branco. Tinham clara influência positivista defendendo a concepção da supremacia tecnocrática na governança do Estado restrito. (Monteiro, 2012).

⁶ A composição governamental conservadora, de um lado, e as pressões populares organizadas, de outro, em favor de reformas sociais, resultarão, provavelmente, em algumas mudanças (Martins, 1986, p. 30).

⁷É sabido que os principais quadros técnicos do MIRAD saíram dos quadros da ABRA e foram importantíssimos para a elaboração do primeiro projeto do PNRA. (Reforma Agrária, ago./dez., 1985, p. 3).

Agricultura. Este novo ministério foi criado especificamente para tratar a reforma agrária e foi ocupado pelo político Nelson Ribeiro⁸. Para assumir a presidência do INCRA foi convidado o agrônomo paulista José Gomes da Silva⁹ – histórico defensor da reforma agrária e um dos relatores do Estatuto da Terra. Silva seria responsável pela elaboração da primeira versão do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que movimentou a luta de classes na sociedade civil.

O primeiro esboço do Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) foi apresentado pelo presidente Sarney em maio de 1985 no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG)¹⁰ e constituiu-se numa importante forma de estabelecer um mínimo de consenso diante de um contexto de elevada tensão e reorganização dos segmentos dominados do campo, e também da cidade.

⁸Advogado, paraense, Ribeiro fez carreira no setor público e na Universidade Federal do Pará, da qual foi vice-reitor e professor do mestrado em Planejamento Regional. Nelson Ribeiro tinha forte ligação com a Igreja Católica, apesar de não ter diretamente nenhuma relação com a questão da reforma agrária quando assumiu o MIRAD. (Reforma Agrária, jan./fev./mar./abr., 1985, p. 51).

⁹Nasceu em Ribeirão Preto/SP. Em 1964 formou-se em agronomia na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo/USP, Em 1950 obteve o título de "*Master of Science*" pela University de Illinois, nos EUA e, em 1954, tornou-se "Doutor em Agronomia" pela Universidade de São Paulo/USP. A partir de 1963, participou de vários cursos internacionais sobre Reforma Agrária, patrocinados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA. Foi bolsista da OEA e visitou projetos de Reforma Agrária em diversos países. Silva tem vastíssimo currículo no serviço público, que iniciou em 1959, como Diretor da Divisão de Assistência Técnica Especializada do Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Em 1964, foi Presidente da Superintendência de Política Agrária/SUPRA e responsável pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA. No ano seguinte, foi membro do Grupo de Trabalho de Regulamentação do Estatuto da Terra (GRET), instituído junto ao Gabinete do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica e assumiu a Coordenadoria do Grupo de Trabalho do Programa Específico de Cooperativas Açucareiras de Reforma Agrária. Foi o idealizador e fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária/ABRA, em 1967, foi seu Diretor-Executivo e Presidente reeleito por diversas gestões. Foi ainda Consultor da FAO/IICA nos Estudos do Comitê Especial da FAO sobre Reforma Agrária em Roma, na Itália. Consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na preparação de informe sobre "Capacitação de Camponeses para a Reforma Agrária e Colonização" em 1972 e Consultor da FAO em 1975 na Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional na preparação do estudo: "Novas Formas da Organização da Produção Agrícola" em Berlin, na República Federal da Alemanha. Como empresário, José Gomes da Silva exerceu o cargo de Diretor da Cooperativa Agrícola de Pirassununga e da Cooperativa Agropecuária de Campinas. Em 1983, assumiu o cargo de Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Em 1984, como Vice-Presidente do Conselho Estadual de Energia, ficou encarregado dos programas de biomassa, especialmente do Proálcool e suas implicações fundiárias. Convidado pelo Presidente eleito Tancredo Neves, assumiu em 1985, no governo Sarney, a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ INCRA e coordenou a equipe que elaborou o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária da Nova República-PNRA. Em 1990, foi coordenador da área de Agricultura e Reforma Agrária do Governo Paralelo da Frente Brasil Popular. <http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2010/12/nasceu-em-ribeirao-preto-sp.html> acessado em 12 de abril de 2015.

¹⁰ A CONTAG era o sindicato oficial dos trabalhadores rurais criado em 1963 com o Estatuto do Trabalhador Rural. Ao longo da pesquisa foi possível constatar a relação íntima entre a CONTAG e a ABRA. Para mais informações sobre a CONTAG no período da ditadura ver RAMOS, op. cit.

A proposta do PNRA foi duramente contestada pelos aparelhos privados de hegemonia do patronato rural que, em uníssono, condenaram qualquer tipo de reforma agrária, defendendo a bandeira da propriedade rural. Sonia Mendonça afirma que a estratégia da SRB, por exemplo, tentaria desqualificar o plano, saindo em defesa da “reforma agrícola” – que se resumia na defesa da modernização conservadora da agricultura. Lideradas pela entidade paulista, as principais agremiações dos grandes proprietários e empresários rurais realizaram, logo em julho de 1985, o primeiro Congresso dos Proprietários de Terras. Nas palavras do próprio presidente da SRB, Flávio Menezes:

Esse congresso foi fundamental. [...] se alguém não te puser no Jornal Nacional¹¹ você morre anônimo. Você não existe, é invisível. [...] E nós conseguimos isso, naquele dia, naquela reunião, naqueles dois dias. A partir daí o governo percebeu que a reação no Plano era muito forte, que era preciso dialogar, conversar, reelaborar e, se fosse o caso, rever tudo o que foi feito (Carvalho e Bruno, 2009, p. 51)

Regina Bruno e Abdias Carvalho ressaltam que a SRB detinha o discurso de defesa da “primazia” da política agrícola sobre a política agrária. (Idem, p. 47). Todavia, o mais paradoxal nesse processo seria a defesa pelo patronato rural do Estatuto da Terra, este mesmo patronato que havia se contraposto ao Estatuto no momento de sua promulgação em 1964:

Um dos argumentos de Flávio Menezes (presidente da SRB) é o de que o I PNRA, ao criar um setor reformado, estaria extrapolando os preceitos legalmente estabelecidos do Estatuto da Terra: “Eu acho que aplicar o Estatuto da Terra era uma coisa. Mas estavam extrapolando o Estatuto da Terra, ao criar o setor reformador e tudo. Isso não está no Estatuto da Terra”, diz. (Idem, p. 49)

As reações não pararam por aí; foi nesse momento que surgiria a União Democrática Ruralista (UDR). O novo aparelho privado de hegemonia congregaria um dos setores do patronato rural mais truculentos e atrasados em relação à modernização tecnológica em curso na década passada, os pecuaristas. Criada e liderada por Ronaldo Caiado¹², a ação política principal da entidade era coerção física explícita e simbólica, numa espiral de radicalização do discurso em comparação com as demais entidades patronais até então existentes¹³. A UDR ganhou força e rapidamente conquistou espaço

¹¹Programa jornalístico da Rede Globo de televisão que possui, até o momento, a maior audiência do horário nobre na TV brasileira.

¹²Médico pecuarista de Goiás, Ronaldo Caiado foi presidente e fundador da UDR em 1985 se licenciando da presidência da entidade, mas nunca de sua liderança em 1988. Teve expressiva participação na discussão sobre reforma agrária na constituinte. (Mendonça, 2010a).

¹³ Nesse período haviam três principais entidades em disputa pela hegemonia da classe patronal rural: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a CNA e a SRB. Ver Mendonça, 2010.

político, largando na frente na disputa pela direção da classe dominante agrária. O período de maior atuação da UDR seria na contestação do I PNRA e, posteriormente, discussão da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) nos anos de 1987 e 1988 (Mendonça, op. cit.). José Graziano da Silva no boletim *Reforma Agrária*, descreve com precisão as bases sociais da UDR:

No início apenas um grupo restrito de grandes pecuaristas com um discurso radical em defesa da intocabilidade da propriedade privada. Depois, uma proposta de articulação nacional que ganhou rapidamente dimensões políticas e ideológicas. A necessidade de ganhar representatividade e ampliar o seu público potencial para todos os proprietários-produtores levou a UDR a “competir” com as organizações existentes do patronato rural, ameaçando especialmente a sua representação real. (*Reforma Agrária*, ago./nov., 1986, p. 65)

Os movimentos sociais rurais, em geral, defenderam a promulgação do I PNRA. Tanto o MST quanto à CONTAG, por exemplo, viam como positiva a elaboração do plano e tinham relativas esperanças diante da própria elaboração, entregue nas mãos de José Gomes da Silva, à frente do INCRA. Contudo, de maio – mês da sua apresentação no IV Congresso da CONTAG – até a outubro de 1985 – dia da promulgação do I PNRA – foram redigidas nada menos do que doze versões do plano. O primeiro rascunho do I PNRA continha onze artigos e dois anexos; a versão final conteria oito artigos e um anexo. Os três artigos retirados diziam respeito diretamente a questão da demarcação das áreas prioritárias para a reforma agrária e, portanto, influenciavam diretamente na execução da reforma. Assim, a versão final do I PNRA não estabelecia nenhuma área efetiva para a reforma agrária, deixando essa decisão para os planos regionais de reforma agrária que seriam elaborados pelos governos estaduais, por isso “[...] o que foi assinado como PNRA não é o PNRA, conseguindo o Governo habilmente protelar o início da Reforma Agrária, até que os Planos Regionais estejam assinados”¹⁴.

Guardando as devidas proporções, o I PNRA foi uma efêmera esperança que, rapidamente, se tornou um plano sem capacidade efetiva de realização. Nas palavras de Silva, a reforma agrária proposta pelo governo Sarney “[...] não é uma proposta de transformação da estrutura agrária brasileira. Mesmo os que imaginaram isso possível nos marcos da atual correlação de forças da sociedade brasileira, reconhecem que o sonho acabou” (Silva, op. cit., p. 67).

¹⁴ SILVA, José Graziano. “O ‘Pnarex’, aquele que parece o PNRA, mas não é”. In: *Reforma Agrária*, ago./dez., 1985, p. 15.

Assim, não é descabido afirmar que ao execução do I PNRA ao longo dos anos foi ínfimo. Bernardo Mançano Fernandes revela que *“no final do governo Sarney, considerando as ações dos movimentos sociais, somente 6% do PNRA foi executado. Neste período foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhão de famílias previstas no plano.”* (Fernandes, op. cit., p. 59). De maneira geral, a chamada Nova República continuava privilegiando as velhas frações da classe dominante tornando a reforma agrária mera retórica: *“o governo da “Nova República” elaborou planos de reforma agrária, arquivou-os e continuou falando de reforma agrária.”* (Leite e Palmeira, 1998, p. 135).

Uma questão é necessária ser lembrada: o I PNRA manteve em sua versão final a política de extensão rural como principal executora do plano. Isso indica o protagonismo inédito do extensionismo na discussão sobre reforma agrária. Em outras palavras, a EMBRATER estava no epicentro das discussões sobre reforma agrária e isso não ocorreu de maneira aleatória, mas pode ser considerado como um indício da luta de classes no interior da empresa e, esta questão, esteve diretamente ligada com o presidente da empresa nesse momento como veremos a seguir.

A EMBRATER, Padilha e o I PNRA

Como já foi discutido anteriormente, o I PNRA aprovado era um fantasma do projeto original. Todavia ele manteve algumas metas consideradas ousadas contidas na primeira redação como o assentamento de 1,4 milhão de famílias em todos os estados do país num período de quatro anos. Outra questão curiosa a ser destacada era que o projeto final manteve a assistência técnica como um importante “programa de apoio” aos assentados:

As instituições integrantes do Sistema EMBRATER, serão atribuídas **funções relevantes** no processo de Reforma Agrária, junto aos beneficiários e/ou organizações, entre as quais destacam-se:

- **participação na organização dos beneficiários e na formulação dos projetos de assentamento.**
- assistência às organizações de beneficiários, nos aspectos de gerência e informações sobre políticas agrícolas e setoriais que interferem no processo de Reforma Agrária, particularmente: **mecanismos de crédito e financiamento**, sistemas de comercialização, preços e mercados.
- **transferência de tecnologia** e melhoria dos padrões de alimentação, higiene e saneamento;
- informações sobre os serviços públicos passíveis de serem utilizados nos projetos de assentamento, nos campos da saúde, previdência, nutrição e educação. (I PNRA, 1985, p. 37, grifos nossos).

Desse modo, a EMBRATER fora colocada no plano juntamente com o INCRA, cabendo-lhe um papel crucial na sua execução nas áreas de assessoramento,

organização, crédito e transferência de tecnologias adaptadas. Evidencia-se, com isso, que a participação da EMBRATER não foi alterada da primeira versão do plano para a última, e o mais importante: o extensionismo rural foi *ressignificado*, afastando-se de seu caráter original de política alternativa à reforma agrária para *parte integrante e executor* de um projeto de reforma. Esse processo deve ser entendido dentro da correlação de forças do período que conferiu uma alteração importante na relação de forças internas na empresa. Esse papel de destaque no plano pode ser interpretado pelo cruzamento do presidente do INCRA e do presidente da EMBRATER. Vejamos isso com mais cuidado.

O novo Ministro da Agricultura do governo Sarney escolheu para a presidência da EMBRATER Romeu Padilha de Figueiredo. Sabemos que a Revista *Extensão Rural*¹⁵, publicou uma matéria sobre a escolha de Padilha de Figueiredo revelando ter sido ele foi eleito “democraticamente” pelos funcionários da própria empresa que compunham a Associação de Servidores da EMBRATER (Asser) com 83% dos votos (*Extensão Rural*, mar./abr./mai, 1985, p. 20). O jornal *Folha de São Paulo* noticiou que a escolha de maneira “democrática” foi uma iniciativa do Ministro da Agricultura Pedro Simon (*Folha de São Paulo*, 29/03/1985, p. 46), configurando-se como uma prática inédita.

Padilha era um extensionista de carreira no Nordeste, membro do grupo de trabalho de alfabetização de Paulo Freire, intimamente ligado às organizações da Igreja Católica, pois foi Coordenador do Movimento de Educação de Base da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), professor do Seminário Regional do Nordeste e do Mosteiro Beneditino de Olinda (PE) (Oliveira, op. cit., p. 286). Sua trajetória consta ainda como “membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)¹⁶”. Ora, tal carreira pode ser tomada como um ponto de inflexão dentro do padrão da diretoria da

¹⁵ Publicação oficial da EMBRATER de ampla circulação no território nacional.

¹⁶ A ABRA, em seus estatutos, denomina-se como organização da “*sociedade civil, sem fins lucrativos, organizada para ajudar a promover a realização do processo agro-reformista no Brasil*” (*Reforma Agrária*, jan./abr., 1986, contracapa). Criada em 1967, a entidade se constituía em uma associação de crítica à política agrícola do país e a defesa da reforma agrária tal como idealizada no Estatuto da Terra. A bandeira principal da entidade era a *reforma agrária com o cumprimento do Estatuto da Terra*. O Boletim da ABRA intitulado *Reforma Agrária* foi publicado ininterruptamente desde 1971 até hoje. Nele, há diversos artigos de renomados pesquisadores sobre a política agrícolas, informações sobre as ações das organizações sociais rurais no campo. Assim, é possível percebê-la como um importante *aparelho privado de contra hegemonia* que aglutinava acadêmicos, em sua maioria, promovendo a bandeira das mudanças na estrutura fundiária reduzir as desigualdades estruturais do capital no campo. Ela também cumpriria um importante papel de *mediadora* entre as diversas organizações do movimento sociais do campo. A ABRA, por exemplo, anunciava tanto os congressos do MST quanto da CONTAG, além de ter em sua diretoria representantes de ambas as entidades.

EMBRATER uma vez que um presidente com tal perfil jamais tinha ocupado a direção da empresa, tampouco o cargo de diretor, com uma íntima ligação com a ABRA e o movimento católico.

Como já foi dito, a menção em sua trajetória de vida como membro da ABRA abriu as discussões sobre tal instituição, e reforça seu caráter heterodoxo. A aproximação de Romeu Padilha Figueiredo com a ABRA pode ser inferida pelo trabalho de Ângelo Callou (2006) que cita um projeto de doutorado de Padilha na UNICAMP intitulado *Extensão rural, extensão do capitalismo? Análise do sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979)*. Não foi possível localizar a tese final, nem outro artigo, ou trabalho que remonte o doutoramento do presidente da EMBRATER. Contudo, sabemos que alguns membros da ABRA eram professores da UNICAMP, como Luís Carlos Guedes Pinto e José Graziano da Silva. Tirando pela data do projeto de doutorado de autoria de Romeu Padilha (1979) acreditamos que seu primeiro contato com Graziano da Silva pode ter ocorrido nesse período bem como supostamente sua associação como membro da ABRA. Dificilmente Padilha teria tido um contato anterior com a ABRA, ou pelo menos com o núcleo dirigente da instituição, pois ele exercia o extensionismo na EMATER-PE e a entidade tinha ação muito restrita ao Sudeste com sua principal diretoria composta por professores e intelectuais paulistas.

Seguindo essa linha, podemos inferir que a nomeação de José Gomes da Silva para a presidência do INCRA pode ter contribuído para a escolha de Romeu Padilha, uma vez que a EMBRATER teria um papel central na execução do I PNRA e ciente disso, Gomes da Silva procurou a indicação de um extensionista de seu conhecimento para a presidência da empresa. Seja como for, a pergunta que deve ser feita é: a chegada de Figueiredo à presidência da EMBRATER simbolizou uma contra hegemonia nas diretrizes extensionistas uma vez que a relação à ABRA detinha fortes críticas ao extensionismo?

No documento intitulado “Sistema EMBRATER e o Plano de Metas” (EMBRATER, 1986d), há um pequeno histórico do extensionismo rural no Brasil. Diferentemente dos demais históricos até então publicados pela entidade, este possuía um claro viés crítico em relação ao passado da empresa.

A partir de 1964, o Sistema ABCAR alinha-se ao modelo de modernização conservadora, patrocinado pelo Governo Federal e apoiado, fundamentalmente, pelo estímulo ao uso do crédito rural subsidiado, com vistas à tecnificação da agricultura para a produção excedente comercializáveis. [...]

Os médios e os grandes produtores ganham espaço como público-meta do

Serviço de Extensão Rural, por ser este público mais apto para atender às exigências bancárias de garantias reais para a concessão de crédito, além de apresentar melhores condições de respostas à tecnificação proposta para a produção de excedentes, como previa o modelo de modernização em vigor. (EMBRATER, 1976a, p. 10)

A criação da EMBRATER, segundo a documentação, aprofundou a exclusão dos pequenos produtores e deu prosseguimento a modernização conservadora da agricultura:

[...] Em sua nova roupagem, o Sistema Embrater incorporou os princípios de postura modernizantes assumindo: 1) prioridade na linha de difusão de tecnologias agropecuária para o público de média e alta rendas, sendo o seu atendimento feito sob o enfoque de cada produto isoladamente; 2) o pequeno produtor como objeto de um único projeto (Projeto de Promoção de Produtores de Baixa Renda), limitando em área geográfica; 3) a preocupação com a abrangência para viabilizar a expansão do Sistema sob padrões razoáveis de custos. (Idem, p. 12-13)

Em seus pronunciamentos, Padilha enfatizava a falta de democracia nas unidades de extensão rural e ainda o passado extensionista de atendimento aos grandes produtores rurais. No decorrer do ano de 1985 Padilha de Figueiredo fez inúmeras palestras em diferentes eventos. A estrutura do conteúdo deles era semelhante: enaltecimento da política de extensão rural no Brasil “*os serviços oficiais de Extensão Rural têm, no Brasil, uma invejável tradição de trabalho, dedicação, honestidade*” (EMBRATER, 1986b, p. 8); crítica aos vinte e um anos de ditadura militar que promoveu a modernização conservadora da agricultura privilegiando os grandes produtores rurais e, conseqüentemente, a modificação do público alvo do extensionismo: “*após o golpe militar de 1964, a buscar a modernização rápida e a qualquer custo. O que nos fez, em grande parte, deixar de lado as famílias camponesas e eleger o agricultor comercial e o empresário agrícola como nossa **clientela***” (Idem, p. 48, grifos do autor); engajamento e apoio à reforma agrária como mecanismo de combate à desigualdade estrutural no campo e o retorno da democracia como sinônimo de retorno da política extensionista original, dando prioridade ao pequeno produtor e aos trabalhadores rurais:

“[...] sem a Reforma Agrária, não se consolidará a democracia nem serão ampliados os espaços da liberdade. Por isso, é necessário que todos nós, extensionistas brasileiros, como cidadãos, comprometamo-nos com sua imediata implantação e, como técnicos, não poupemos esforços para garantir seu êxito” (Idem, p. 8).

Nesse momento também é citado inúmeras vezes a falta de pesquisa agropecuária voltada para pequenos produtores rurais, num claro descompasso entre os projetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da EMBRATER:

A política de Pesquisa Agropecuária, pouco atenta, nos últimos 21 anos, às necessidades tecnológicas do pequeno produtor, fez com que fossem geradas poucas tecnologias úteis a esses segmentos, inviabilizando a difusão ampla de novos conhecimentos que possibilitem efetiva melhoria da produtividade da pequena produção (Idem, p. 29).

Nota-se que o período da ausência de uma política de pesquisa agropecuária para pequenos produtores corresponde, segundo Figueiredo, à ditadura militar no país. Assim, Figueiredo está claramente associando à política agrícola da ditadura com a modernização da agricultura brasileira, em geral, e a política de pesquisa agropecuária, em particular. Ora, a postura crítica do presidente da EMBRATER endossa sua carreira pouco ortodoxa tanto em relação ao extensionismo, quanto enfrentando a política agrícola excludente, ambas realizadas desde o golpe de 64. Assim, o conteúdo dos discursos veiculados por Padilha de Figueiredo tem fortes aproximações com o discurso da ABRA, sobretudo com as críticas que a associação direcionava ao extensionismo.

Outro importante documento é a compilação do discurso de Romeu Padilha à Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária em abril de 1987. O documento contém as propostas da EMBRATER à ANC. O documento foi escrito em 1987 e publicado pela EMBRATER no mesmo ano. Nele vemos a postura progressista, porém cautelosa e dentro dos parâmetros legais de defesa da Reforma Agrária, muito semelhante à postura da própria ABRA:

Apoiamos os milhões de agricultores brasileiros que reivindicam uma reforma agrária arrojada. [...] Concordamos com o saudoso Presidente Tancredo Neves, quando considerava a reforma agrária fundamental para a implantação da Nova República. Apoiamos o Presidente José Sarney, que, instituindo o Plano Nacional de Reforma Agrária, quis dar um passo seguro à implantação dessa reforma, com urgência, dentro da lei e sem violência. (Embrater, 1987, p. 27)

Sobre esse depoimento, José Gomes da Silva comenta:

A apresentação de Romeu Padilha de Figueiredo, presidente da EMBATER, responsável pelo apoio técnico à Reforma Agrária brasileira, foi centrada no delineamento das linhas mestras de uma nova agricultura no Brasil. Para isso, depois de sugerir alguns instrumentos de política agrícola, destacou dois pilares para a sustentação de um moderno setor primário em nosso país: o apoio, preservação e estímulo à unidade familiar de produção e a RA. (Silva, 1989, p. 63)

Nota-se que Padilha deveria ter cautela em se referir ao próprio governo que o nomeou, no caso o presidente Sarney. Contudo, a contradição de defender uma reforma agrária “arrojada” ao mesmo tempo em que confere legitimidade e apoio ao governo Sarney colocava em dúvida o alcance de suas propostas. Em 1987, o I PNRA já havia sido promulgado e, sem considerar as distorções a que já havia sido submetido, estava na prática não sendo executado.

Ao partirmos para a análise das ações efetivas da gestão de Romeu Padilha vemos que houveram poucas reformas concretas na política extensionista coordenada por ele. Como programa de sucesso dessa suposta “nova fase e nova visão do extensionismo” é citado o programa “um milhão de hectares irrigados no Nordeste”, promovido em conjunto com o INCRA, o Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas) e o desenvolvimento do programa de extensão rural de convivência do homem com a seca no semiárido nordestino que prioriza o conhecimento dos produtores da região para elaborar as tecnologias de combate à seca (EMBRATER, 1986b, p. 16-17). Contudo, com exceção do programa de um milhão de hectares irrigados, os demais programas já existiam anteriormente à gestão de Padilha. Internamente, ele ainda tentaria propagar os princípios democráticos à gestão das empresas estaduais de extensão rural propondo “Conselhos Deliberativos”:

O objetivo é “democratizar” o órgão e promover discussão sobre suas prioridades e atuação que será ampliada, segundo Padilha, com orientações também na área da administração das propriedades aos pequenos e médios agricultores. Entre os problemas enfrentados pela Embrater está a “falta de credibilidade dos extensionistas” que durante anos foram “apenas propagandistas do governo”, e o “autoritarismo” com que atuavam “não aceitando diálogo”, disse o presidente do órgão. (*O Estado de São Paulo*, 12/11/1985, p. 41)

Talvez, o caráter mais singular e efetivo que ocorreu na gestão de Figueiredo seja a ampliação do diálogo com os movimentos sociais rurais. Padilha concedeu entrevista ao jornal *Sem Terra*, periódico publicado pelo MST. Na entrevista intitulada “*Toda assistência técnica à Reforma Agrária*” Figueiredo assegurava que a EMBRATER:

Já tem experiência na extensão rural com trabalhos de formas coletivas – cooperativa, uso comum da terra – que poderão ser aperfeiçoados e ampliados. É filosofia da extensão rural na ‘Nova República’ respeitar os valores, desejos e tradição dos agricultores. (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 14)

Naquele momento (1985) a discussão acerca do I PNRA ainda estava sendo feita e por isso Romeu Padilha foi cauteloso em não dar opinião que pudesse comprometê-lo, como já havia feito anteriormente¹⁷:

A proposta do governo prevê a desapropriação do latifúndio ocioso, quando objeto de especulação. Não sei, depois de discussão da sociedade, como ficará – se vai utilizar também terras ociosas do governo, do latifúndio improdutivo. E quem tem medo são os que especulam com as terras e não produzem. Esses serão prejudicados, a curto prazo pelo menos, com a Reforma Agrária (Idem)

¹⁷ “Há poucos dias Romeu foi repreendido pelo presidente José Sarney, por suas declarações contra o latifúndio. A direita alardeou a sua queda, mas ele segue na presidência da EMBRATER.” (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 14).

Sua postura seria defendida igualmente na revista da EMBRATER, em editorial escrito por ele:

Total engajamento no Plano Nacional de Reforma Agrária, [...] o Sistema Embrater sugere, para o atual Governo, as diretrizes que se seguem: **Reforma Agrária** – participação no processo de discussão e análise dos Planos de Reforma Agrária, bem como na seleção, organização, treinamento e assessoramento técnico dos assentados e de suas associações. (*Extensão Rural*, mar/abr./maio, 1985, p. 2)

Com o crescimento das mobilizações em torno dessas ocupações de terra ocorreu, em 1984, o I Encontro Nacional dos Sem Terra, que resultou na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento passou a levantar a bandeira da reforma agrária, exigindo da suposta “Nova República” programas de apoio aos assentamentos (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 4). Com efeito, verifica-se a reciprocidade dos movimentos sociais no campo, em especial o MST com a extensão rural, que passou a ser reivindicada pela organização. No II Encontro Nacional dos Assentados, organizado pelo MST no ano seguinte, dentre as reivindicações elaboradas e entregues ao Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, figurava: “*assistência técnica desde a fase de implantação em todos os assentamentos [...]*” (Idem, maio de 1986, p. 12). Nesse mesmo ano, a EMBRATER organizou o I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural que contou com a participação das principais lideranças femininas das organizações rurais de todo o país: “*O encontro durou quatro dias, debatendo outros temas importantes: dificuldades da mulher que decide participar dos movimentos [...] situação dos sem terras nos estados presentes e a nível nacional.*” (Idem, nov./dez., 1986, p. 14). Isso demonstra uma aproximação entre a empresa e o movimento, pois a organização do evento contou com recursos da EMBRATER, além do espaço físico, organização, divulgação, entre outros aspectos logísticos que couberam aos extensionistas.

Acreditamos, portanto, que a filiação de Padilha na ABRA e sua relação próxima com setores da Igreja permitiram a construção de uma ponte de diálogo da empresa com as organizações dos trabalhadores rurais, em especial o MST para além de seu engajamento institucional no I PNRA. Mesmo não encontrando indícios no periódico da ABRA de apoio ao presidente da EMBRATER nem sua menção no período de sua gestão, acreditamos que o projeto reformista da ABRA influenciou as ações do presidente da EMBRATER. Talvez, esta ausência possa ser fruto da máxima atenção que a ABRA e suas publicações davam a José Gomes da Silva que, naquele

momento, havia assumido a presidência do INCRA. As expectativas eram altas quanto à atuação dessa nova participação da ABRA dentro do Estado restrito.

De qualquer forma, a permanência de José Gomes da Silva no INCRA foi impossibilitada diante da mutilação imposta ao I PNRA. Ainda em 1985 Silva pediu demissão do instituto sem nenhum apoio do próprio presidente Sarney. Sua diretoria foi mantida, a seu pedido, para que pudesse talvez combater por dentro na execução do projeto. Isso não ocorreu e o I PNRA era definitivamente um natimorto.

Considerações finais: o fetiche do extensionismo

Em matéria publicada no site “de olho nos ruralistas” encontramos uma foto de um grupo de estudantes de agronomia da Universidade Federal de Goiânia com uma camisa escrito “menos amor e mais glifosato, por favor”¹⁸. Tal foto contém o símbolo da Empresa Estadual de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária de Goiás (EMATER-GO). A foto foi publicada no site da empresa estadual. O pesticida é produzido pela MONSANTO e é considerado um agente cancerígeno pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Ao final deste texto o leitor pode não mais se espantar com uma informação dessas veiculada por uma agência de extensão rural. Tentamos demonstrar aqui que a trajetória do extensionismo rural no Brasil sempre fora marcado pelo projeto das classes dominantes agrária, seja como proposta alternativa à reforma agrária na década de 1950-60, seja como parte integrante da modernização da agricultura na década de 1970.

Na década de 1980 com o processo de abertura política e com a intensificação dos movimentos sociais no campo, o processo da luta de classes perpassou o interior da EMBRATER ocasionando uma inflexão constatada na escolha de Romeu Padilha de Figueiredo para presidência da empresa que possibilitou uma abertura de diálogo com os movimentos sociais rurais. Mesmo assim, as frações da classe dominante rural intensificaram seu combate aos movimentos não permitindo nenhum tipo de brecha. Assim, vimos a atuação do patronato rural no I PNRA através da mobilização das entidades patronais, com destaque para a UDR que tinha uma postura mais truculenta em relação as outras organizações como a OCB, SNA, CNA e SRB. Mesmo assim, as divergências intraclasse se tornavam menores quando o assunto era comum, pois a

¹⁸ <http://outraspalavras.net/deolhonosruralistas/2017/07/10/estudantes-de-agronomia-da-ufg-pedem-menos-amor-e-mais-agrotoxico/>. Acessado em 16 de jul. 2017.

classe dominante rural possui o mesmo objetivo: perpetuar a estrutura concentradora da propriedade da terra no Brasil – e mesmo aprofundá-la.

Nesse sentido, foi nesse período que veremos o fim da EMBRATER. As tensões geradas no interior da empresa podem ser um dos vários fatores que contribuíram para sua extinção, em 1990. Não seria possível dar continuidade a um projeto reformista na agricultura, mesmo que o projeto fosse assistência técnica para os assentamentos, tal como estava previsto no I PNRA. Assim, não bastava o esvaziamento do plano, era necessário também a aniquilação da empresa que protagonizava a reforma agrária. A descentralização da política extensionista no período democrático é uma estratégia vitoriosa para manter o controle desta política em tempos democráticos. A camiseta dos agrônomos postada com orgulho é uma prova disso. A política de extensão rural continua ao lado dos projetos da classe dominante rural. Agora não é mais a modernização da agricultura, ou o desenvolvimento do campo sem reforma agrária, mas a generalização do agronegócio a toda a produção agropecuária brasileira.

Assim, é impossível não comparar a prática extensionista com o fetichismo da mercadoria explicitada por Marx em *O Capital* (2013), sobretudo no livro I. Sabemos que a expressão “fetiche” vem da religião e quer dizer uma coisa que aparentemente possui poder sobre os seres humanos. Marx ao discorrer sobre o fetiche da mercadoria destacou o distanciamento dos produtores de mercadorias com o produto que resultou de sua atividade. Este, no processo de circulação de mercadorias, passa a ser o sujeito da relação, mascarando o trabalho subjacente que o criou. Logo, a interação entre pessoas passa a ser uma relação entre coisas. Ao final da sessão quatro do capítulo um sobre o fetichismo, Marx deixa essa questão mais clara na seguinte passagem:

Se as mercadorias pudessem falar, diriam: é possível que nosso valor de uso tenha algum interesse para os homens. A nós, como coisas, ele não nos diz respeito. O que nos diz respeito materialmente [*dinglich*] é nosso valor. Nossa própria circulação como coisas-mercadorias [*Warendinge*] é a prova disso. Relacionamo-nos umas com as outras apenas como valores de troca. (Idem, p. 157-158)

Respeitando as devidas proporções, se pudéssemos dar voz a própria política de extensão rural, talvez, ela falaria algo parecido com a mercadoria. Parafraseando a camiseta dos agrônomos “amem menos, e consumam mais glifosato, por favor”.

Bibliografia

Boletim *Intercom*. Brasília: EMBRATER, 1974 a 1979

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. *Extensão Rural: polissemia e resistência*. Anais do IV Congresso da SOBER: Fortaleza, 2006.

CARVALHO, Abdias Vilar de e BRUNO, Regina. "Processos Históricos: atores sociais no debate do I PNRA". In" BRUNO, Regina (org.) *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CODATO, Adriano Nervo. "Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

COLBY, Gerard e DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DEMIER, Felipe e HOEVELER, Rejane (orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016;

EMBRATER. *Plano de Metas para a política agrícola*. Brasília, Embrater, 1986d.

_____. *Desempenho 1976/Perspectivas 1977*. Brasília, Embrater. 1976a.

_____. *Extensão Rural, Desenvolvimento e democracia: alguns pronunciamentos do Presidente da Embrater, Romeu Padilha de Figueiredo em 1985*. Brasília, Embrater, 1986b.

_____. *Plano de trabalho da EMBRATER, 1987*. Brasília, Embrater, 1987.

FERNANDES, Florestan. *A constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989

_____. *A Nova República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSVJ, UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere*, volume 2. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011a.

_____. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011b.

_____. *Cadernos do Cárcere*, volume 4. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011c.

_____. *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011d.

_____. *Cadernos do Cárcere*, volume 6. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011e.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

- LEITE, Sérgio e PALMEIRA, Moacir. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1986.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “O Governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 28, nº 55, pp. 245-263, 2008.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- MONTEIRO, Tiago Francisco. *A nova república e os debates relativos ao papel político das forças armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado PPGH/UERJ, 2012.
- MORAIS, Clodomir Santos. “História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969”. In: STÉDILE, João Pedro. *História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Semando consenso com adubo e dedal: dominação e luta de classes, o caso da extensão rural no Brasil (1974-1990)*. Niterói: tese de doutorado, PPGH/UFF, 2017.
- PEGORARO, Éverly. “Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações”. *Revista Ideas – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.
- RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese de doutorado PPGH-UFF, Niterói, 2011.
- RIBEIRO, José Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.
- SAES, Décio. *A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTOS, Theotônio dos. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da nova*

República. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, José Gomes da. *Buraco Negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88*.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Jornal

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1956 a 1990.

Folha de São Paulo. São Paulo, 1974 a 1990

O Estado de São Paulo. São Paulo: 1974 a 1990;

Sem Terra, Santa Catarina, 1985-1986.

Revistas

Extensão Rural. Brasília: EMBRATER, 1979 a 1988.

Extensão Rural. Rio de Janeiro: Abcar, 1966 a 1974.